

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO 2019

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Administração Municipal de Santo Ângelo, Gestão 2017/2020, Governo de Inovação, investiu ao longo do terceiro ano de gestão, recursos próprios do orçamento, de emendas parlamentares e de programas da União, em obras de infraestrutura urbana, preparando a cidade para o futuro, um município em condições de incentivar a expansão dos setores econômicos, fortalecendo empreendimentos já instalados e atraindo novos investidores, priorizando a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

No ano de 2019, o Governo Municipal concluiu mais de 100 quadras de pavimentação asfáltica, totalizando 300 quadras nos três anos de gestão, revitalizando a malha viária das principais ruas e avenidas e construindo asfalto em vias estratégicas, criando rotas alternativas, desafogando o tráfego das artérias urbanas longitudinais. Os bairros contemplados com o transporte coletivo urbano também receberam asfaltamento, facilitando o acesso do trabalhador ao serviço.

Também inserido no Plano do Governo, a modernização do sistema de iluminação pública recebeu um grande volume de investimentos, substituindo lâmpadas de alta pressão (vapor de sódio e de mercúrio) por tecnologia led, representando economicidade ao erário e mais segurança para o cidadão. Somente no passado, foram substituídos mais de 1.800 pontos de iluminação, contemplando a área central, avenidas de acesso à cidade e as principais praças e pontos turísticos e culturais de Santo Ângelo, a Capital das Missões, valorizando ainda mais o rico potencial histórico e cultural.

Ainda na área de estruturação urbana, a gestão direcionou recursos para obras de drenagem pluvial, inserido no Plano Municipal de Prevenção a Alagamentos, construindo mais de quatro quilômetros de rede em pontos suscetíveis a inundações, apontados a partir do diagnóstico dos acadêmicos do Curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), e a partir de levantamento da Defesa Civil local. Relevante frisar que em todas as obras de pavimentação asfáltica com recursos da União, foram ampliadas a rede coletora de águas pluviais, garantindo a durabilidade do asfalto e proteção à vida e ao patrimônio do cidadão.

Novos semáforos com tecnologia led foram instalados nos cruzamentos da cidade, em substituição às antigas sinaleiras. Os novos modelos oferecem temporizador, semáforos para pedestres e placas digitais, oferecendo agilidade no trânsito e economicidade para aos cofres públicos.

A gestão também deu início à construção de uma ciclovia com mais de quatro quilômetros de extensão ligando o centro à zona norte da cidade, obra que contempla trabalhadores, estudantes e ciclistas.

Grande parte das ações no ano de 2019 foi direcionada para consolidar Santo Ângelo como pólo regional de desenvolvimento, fortalecendo programas sociais, ampliando programas de saúde pública, investindo em educação de qualidade, retomando projetos de mobilidade urbana e atuando de forma articulada com todos os segmentos da comunidade.



Em 2019, segundo números da Secretaria de Indústria e Comércio, Santo Ângelo acolheu R\$ 180 milhões em investimentos da iniciativa privada em instalação e/ou expansão de empreendimentos, com saldo positivo (segundo o CAGED) de 234 empregos. O município também formalizou 197 novas microempresas individuais.

Com um novo modelo de gestão, centrado na aproximação dos serviços de saúde do cidadão, o Governo Municipal investiu na reforma, adequação e ampliação de cinco unidades de saúde da família, equipou e modernizou o sistema público, facilitando o acesso da população aos serviços, ampliando o número de profissionais e oferecendo condições para um atendimento mais humanizado. A abertura da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) foi um marco na saúde pública de Santo Ângelo. Em um ano de atividade, a UPA atendeu 40.118 pessoas – setembro 2018/2019 – média mensal 3.344 consultas e/ou procedimentos.

A administração Municipal tem investido na oferta de infraestrutura para o meio rural, atuando na conservação de estradas, no saneamento básico e no fortalecimento da agricultura familiar. Nesta direção, a gestão investiu na renovação do parque de máquinas dotando o setor para a manutenção dos mais de dois mil quilômetros de estradas rurais nos 15 distritos de Santo Ângelo.

Com as ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do interior, o Governo Municipal instituiu, de forma pioneira no Estado do Rio Grande do Sul, o Plano de Saneamento Básico Rural, tratando da qualidade da água consumida, a destinação correta dos resíduos e o aperfeiçoamento da rede coletora do esgoto doméstico. Nesta primeira etapa, em parceria com o Ministério Público gaúcho, que destinou mais de meio milhão de reais, a gestão está realizando os estudos para o início da implantação de unidades de tratamento sanitário domiciliar para cem famílias do interior.

O município ampliou o recolhimento dos resíduos sólidos rurais, recicláveis, com a criação de novas rotas de coleta e aquisição de veículos para tal fim.

Foram mais de 38 quilômetros de rede de água construídos no meio rural, contemplando mais de mil famílias de agricultores.

Santo Ângelo tem uma força-tarefa destacada para atuar na formalização das agroindústrias, reunindo o Governo Municipal, Ministério Público e entidades da agricultura familiar, incentivando o associativismo e oferecendo a infraestrutura necessária para estimular a produção. A instituição de lei municipal, com base em legislação semelhante ao estímulo à iniciativa privada, oferta condições para a expansão da produção agroindustrial familiar e o aumento na renda da propriedade rural e de riqueza para o município.

Na área educacional, o Governo Municipal deu continuidade ao direcionamento de recursos para a reforma e ampliação das escolas da rede pública de ensino, no equipamento dos educandários e na valorização do quadro do magistério como estímulo à qualidade do ensino. Primando pela educação inclusiva, o município criou condições legais para o acolhimento de alunos com deficiência, como compromisso de gestão e garantia do sucesso na escolarização de estudantes especiais. Entre os programas implantados na rede municipal de ensino, estão o “Educação Empreendedora” – em parceria com o SEBRAE -, e o “Educação



Fiscal – Cidadão Premiado”, como meios de estímulo ao empreendedorismo, à responsabilidade cidadã e ao desenvolvimento econômico com a conscientização dos alunos do Ensino Fundamental.

Os investimentos na Educação Infantil tem sido uma prioridade de gestão, tendo como resultado a mitigação do déficit de vagas. A reorganização da Educação Infantil e a execução obras de ampliação e reforma de escolas permitiram a abertura de novas turmas e zeraram a compra de vagas na iniciativa privada, representando significativa economia ao erário.

O cuidado e zelo com as pessoas são práticas permanentes da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania. Responsável pela gestão e coordenação das políticas públicas para o setor, o governo tem atuação voltada à promoção da cidadania, com integração comunitária e social. A Assistência Social tem atuado em conjunto com a sociedade civil e organizações não-governamentais no desenvolvimento de projetos e ações que visam atender às necessidades básicas da população.

Ainda na área social, a gestão mantém a Central do Bem, braço solidário do Governo Municipal, com 4,5 mil famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas, atendidas com doações de roupas, agasalhos, calçados, móveis em condições de uso. A central acolhe doações da comunidade e de parcerias com entidades e instituições que realizam campanhas de arrecadação, realiza a triagem e expõe em espaço própria para a escolha das famílias. A Central do Bem também oferece cursos semiprofissionalizantes, a fim de proporcionar uma opção de renda às mulheres chefes de família.

A cultura, o turismo, o esporte e o lazer fomentaram os eventos ofertados à sociedade santo-angelense e regional, com inovação, de médio custo financeiro e com grande impacto nas áreas afins. A gestão, em parceria com a iniciativa privada, por meio de leis de incentivo à cultura, têm investido na manutenção de eventos já consolidados como o Canto Missioneiro da Música Nativa, Canto Pia Missioneiro, Semana Cultural, Feira do Livro, Santo Ângelo em Dança, a Etapa Inter-Regional do ENART, Festival Internacional de Teatro Cidade dos Anjos, o Natal Cidade dos Anjos, entre outros. Também foram criados e impulsionados novos eventos culturais, esportivos e de lazer, de grande alcance regional, com repercussão no turismo local.

Por fim, conduzimos um governo realizador, primando pela seriedade, integridade, efetividade, transparência e mais próxima da sociedade, tendo como sustentáculo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; honrando o compromisso de realizar ações e obras que ofereçam mais qualidade de vida e bem-estar à nossa população.



Jacques Gonçalves Barbosa
Prefeito de Santo Ângelo

RELATÓRIO

Tenho a satisfação de apresentar a V.S^a. o Balanço Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, relativo ao exercício de 2019, acompanhado da exposição que visa demonstrar a situação econômico - financeira do Município de Santo Ângelo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício de 2019, de nº 4.270/18 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 221.500.000,00 (duzentos e vinte e um milhões quinhentos mil reais). Entretanto, a abertura de créditos no decorrer do exercício veio alterar esta cifra, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA.....	221.500.000,00
(+) CRÉDITOS ADICIONAIS.....	85.751.705,12
(-) REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	(51.147.510,80)
DESPESA AUTORIZADA.....	256.104.194,32

CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado foram autorizados créditos adicionais que somou R\$ 85.751.705,12(oitenta e cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil setecentos e cinco reais e doze centavos), sendo suplementares no valor de R\$ 73.473.195,32(setenta e três milhões quatrocentos e setenta e três mil cento e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos) e especiais no valor de R\$ 12.278.509,80 (doze milhões duzentos e setenta e oito mil quinhentos e nove reais e oitenta centavos). Para dar cobertura aos créditos suplementares e especiais, foram utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R\$ 15.485.185,52 (quinze milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), anulação de dotação no valor de R\$51.147.510,80 (cinquenta e um milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e dez reais e oitenta centavos), superávit no valor de R\$6.338.499,00(seis milhões trezentos e trinta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais), operações de crédito no valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões) e auxílios e convênios no valor de R\$ 6.780.509,80(seis milhões setecentos e oitenta mil quinhentos e nove reais e oitenta centavos), de acordo com o art. 43 da Lei 4320/64.

Segue em anexo, o mapa dos créditos adicionais abertos no exercício de 2019.

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 239.960.022,74 (duzentos e trinta e nove milhões novecentos e sessenta mil vinte e dois reais e setenta e quatro centavos).

O comportamento da receita realizada no exercício considerado traduz-se no quadro seguinte:

RECEITA	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
REC. TRIBUTÁRIA	42.168.000,00	46.681.234,41	4.513.234,41
REC. DE CONTRIBUIÇÃO	29.786.000,00	10.000.429,28	19.785.570,72
REC. PATRIMONIAL	7.582.000,00	12.530.659,47	4.948.659,47
REC. AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
REC. INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
REC. DE SERVIÇO	104.000,00	742.783,09	638.783,09
TRANSF. CORRENTES	130.478.000,00	147.469.709,20	16.991.709,20
OUTRAS REC. CORRENTES	2.670.000,00	2.605.833,50	64.166,50
REC. INTRA - ORÇAMENTÁRIA	3.360.000,00	28.208.762,68	24.848.762,68
REC. DE CAPITAL	19.002.000,00	11.947.567,27	7.054.432,73
(-) DEDUÇÃO P/ FUNDEB	13.650.000,00	17.256.784,09	3.606.784,09
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	2.970.172,07	2.970.172,07
SOMA	221.500.000,00	239.960.022,74	18.460.022,74

ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada foi de R\$ 221.500.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões quinhentos e sessenta mil reais), alterando-se no decorrer do exercício para R\$ 256.104.194,32 (duzentos e cinquenta e seis milhões cento e quatro mil cento e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), através de créditos adicionais autorizados.

DESPESAS	FIXADA I	FIXADA II	REALIZADA	DIFERENÇA
CORRENTES	184.751.000,00	211.159.117,37	201.715.441,22	9.443.676,15
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	137.500.000,00	146.087.133,54	143.767.932,56	2.319.200,98
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	3.211.000,00	4.158.220,35	4.058.117,22	100.103,13
OUTRAS DESP. CORRENTES	44.040.000,00	60.913.763,48	53.889.391,44	7.024.372,04
CAPITAL	25.574.000,00	39.920.076,95	18.972.245,74	20.947.831,21
INVESTIMENTOS	20.998.000,00	34.155.946,47	13.490.078,17	20.665.868,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.526.000,00	5.764.130,48	5.482.167,57	281.962,91
CONTINGÊNCIA	11.175.000,00	5.025.000,00	0,00	5.025.000,00
	221.500.000,00	256.104.194,32	220.687.686,96	35.416.507,36

GESTÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

O balanço Financeiro constitui-se de peça básica para a demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo do exercício uma vez que conjugou operações de receita e despesa orçamentária, além das que por sua natureza independeram de autorização da Lei de Meios com os saldos em espécies no início do exercício.

SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	80.838.744,70
(+) RECEITA ORÇADA REALIZADA	239.960.022,74
(+) TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.875.098,86
(+) INSCR.RESTOS A PG. PROCESSADOS	14.115.445,88
(+) INSCR.RESTOS A PG.Ñ PROCESSADOS	5.333.884,86
(+) DEP. RESTITUÍVEIS E VAL.VINCULADOS	34.684.629,77
(+) OUTROS RECEB. EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00
SOMA	381.807.826,81
(-) DESPESA ORÇADA REALIZADA	226.021.571,82
(-) TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.878.777,44
(-) PAGTO.RESTOS A PG. PROCESSADOS	9.778.850,67
(-) PAGTO.RESTOS A PG.Ñ PROCESSADOS	3.291.529,56
(-) DEP. RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	34.099.633,99
(-) OUTROS PAGTOS. EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	101.737.463,33

O Saldo confere com o demonstrativo do ativo disponível do balanço financeiro, bem como a existência monetária verificada em 31 de dezembro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do município demonstrando a situação de bens e direitos em determinado momento, considerando a origem e aplicação de recursos a disposição da Fazenda Pública.

A situação do patrimônio do Município segundo este balanço é o seguinte:

ATIVO CIRCULANTE	124.321.775,70
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	24.569.729,62
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.937.183,30
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	13.955.906,08
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES CP	77.167.733,71
ESTOQUES	1.687.413,71
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.809,28
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	122.736.441,11
ATIVO REAL. A LONGO PRAZO	88.705,29
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	88.705,29
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	33.031,57
IMOBILIZADO	122.614.184,34
INTANGÍVEL	519,91
PASSIVO CIRCULANTE	52.786.867,03
OBRIG. TRAB. ASSIST. APG. CP	25.112.298,04
EMPRÉST. FINANC. A CP	2.259.845,01
FORN. E CONTAS A PG CP	15.151.081,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	7.201.426,81
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CP	3.062.216,17
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	117.162.389,35
OBRIG. TRAB. ASSIST. A PG. LP	1.426.361,33
EMPRÉST. FINANC. A LP	35.032.548,10
PROVISÃO A LP	80.703.179,92
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LP	0,00
RESULTADO DIFERIDO	300,00

Por seu turno a representação do Patrimônio Permanente resume-se assim:

ATIVO PERMANENTE	122.647.215,91
INVESTIMENTOS	33.031,57
IMOBILIZADO	122.614.184,34

Os valores do patrimônio conduzem o resultado patrimonial do exercício para o que segue:

ATIVO REAL	247.058.216,81
PASSIVO REAL	169.949.256,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77.108.960,43

DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A Dívida Fundada Interna que compreende os compromissos de exigibilidade superiores a doze meses contraídos para atender obras de infra - estrutura e saneamento básico teve o seguinte comportamento durante o exercício de 2019:

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	39.359.227,46
(+) FORMAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS	5.686.792,24
(-) AMORTIZAÇÃO NO EXERCÍCIO	153.715.625,45
(+) ATUALIZAÇÕES	164.175.296,03
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	55.505.690,28

DÍVIDA FLUTUANTE

Esta Dívida encontra-se assim discriminada:

CREDORES DIVERSOS	41.339.708,76
DEPÓSITOS	0,00
RESTOS	1.183.515,29
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	42.523.224,05

APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

EXERCÍCIO DE 2019

RECEITAS

Durante o exercício de 2019, a receita proveniente de impostos e transferências, formadora da base de cálculo para aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino teve sua composição segundo a demonstração expressa abaixo:

RECEITA	REALIZADA	MDE	FUNDEB	TOTAL
FPM	34.943.367,52	1.747.168,38	6.988.673,50	8.735.841,88
ICMS	44.304.334,64	2.215.216,73	8.860.866,93	11.076.083,66
IPI EXPORTAÇÃO	559.485,64	27.974,28	111.897,13	139.871,41
LEI COMPL. 87/96	212.955,96	10.647,80	42.591,19	53.238,99
IPTU	9.790.137,37	2.447.534,34		2.447.534,34
ITBI	3.025.871,18	756.467,80		756.467,80
ISS	11.185.541,24	2.796.385,31		2.796.385,31
IRRF	5.495.965,03	1.373.991,26		1.373.991,26
ITR	176.119,93	8.806,00	35.223,99	44.029,98
IPVA	4.377.131,74	218.856,59	875.426,35	1.094.282,94
DÍV. ATIVA TRIB.	2.158.989,68	539.747,42		539.747,42
MULTAS E JUROS TRIB.	65.567,17	16.391,79		16.391,79
MULTAS E JUROS DIV. ATIVA TRIB.	384.086,44	96.021,61		96.021,61
SUB - TOTAL	116.679.553,54	12.255.209,30	16.914.679,09	29.169.888,39

DA DESPESA

Dos Valores Aplicados em MDE

A despesa inicialmente autorizada, computáveis para a formação do índice a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, foi de R\$ 43.069.750,00 (quarenta e três milhões sessenta e nove mil setecentos e cinquenta reais), sendo alterada através da emissão de créditos adicionais para R\$ 44.114.912,46 (quarenta e quatro milhões cento e quatorze mil novecentos e doze reais e quarenta e seis centavos), onde R\$ 43.873.065,24 (quarenta e três milhões oitocentos e setenta e três mil sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) foram efetivamente aplicados, porém não se conseguiu os 25%, mas houveram gastos no salário educação que foram aplicados no ensino fundamental do "MDE" e "FUNDEB", adicionados ao PAD para apreciação desta corte, trata-se de gastos que deveriam ter sido empenhados no MDE e FUNDEB, portanto, pedimos que seja considerado para cômputo dos índices da educação, se aceito for, ficaremos com um índice de 25,34, conforme demonstra o quadro abaixo:

CÓDIGO DO RECURSO	D. SUBFUNÇÃO	UNID. ORÇ.	DESP. ORÇADA	DESP. REALIZADA	APLICAÇÃO
20- MDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1001	5.317.480,42	5.292.943,24	
20- MDE	ENSINO FUNDAMENTAL	1001	4.540.921,81	4.497.765,65	
20- MDE	EDUCAÇÃO INFANTIL	1001	3.667.175,51	3.667.175,51	
20- MDE	EDUCAÇÃO ESPECIAL	1001	0,00	0,00	
31 - FUNDEB	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1001	0,00	0,00	
31 - FUNDEB	ENSINO FUNDAMENTAL	1001	19.093.982,59	19.109.499,98	
31 - FUNDEB	EDUCAÇÃO INFANTIL	1001	11.495.352,13	11.381.432,71	
DESPESA TOTAL				20.856.616,22	43.948.817,09
TRANSF. FUNDEB					30.452.864,46
DED. REC. DO FUNDEB					17.256.784,09
DESP. LIQ. C/ PLUS DO FUNDEB					13.196.080,37
DESP. LIQ. C/ REND. MDE E FUNDEB					55.919,78
TOTAL APLICADO					30.696.816,94
PERCENTUAL APLICADO					24,47
COM ADIÇÕES				1.087.340,94	25,34

Verifica-se que o total gasto com educação, computável como despesa do MDE no referido exercício primeiramente correspondeu a 24,47 %,sendo que após a adição de R\$ 1.087.340,94 chegamos a 25,34% da receita proveniente de impostos e transferências, excluindo-se ainda o plus do FUNDEB e os rendimentos de aplicação financeira das contas bancárias relativas ao MDE e FUNDEB.

REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTES DE CLASSE

A despesa com remuneração dos professores em efetivo exercício do magistério paga com recursos do FUNDEB alcançou R\$ 24.395.196,64 (vinte e quatro milhões trezentos e noventa e cinco mil cento e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos), enquanto a receita atingiu R\$ 30.452.864,46 (trinta milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) constatando-se uma aplicação de 80,03 %, conforme demonstrado abaixo:

RECEITA	ARRECADADA
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	30.452.864,46
RENDIMENTO APLIC. FUNDEB	31.479,57
TOTAL DA RECEITA	30.484.344,03
REMUN. REGENTES DE CLASSE	24.395.196,64
	80,03

Verificou-se o cumprimento legal, uma vez que foram aplicados na remuneração dos professores em efetivo exercício do magistério 80,03 % dos recursos do FUNDEB.

APLICAÇÃO EM SAÚDE

RECEITAS

Durante o exercício de 2019, a receita proveniente de impostos e transferências, formadora da base de cálculo para aplicação em Saúde teve sua composição segundo a demonstração expressa abaixo:

RECURSO	REALIZADA	SAÚDE	SAÚDE (15%)
1- FPM	37.844.796,60	5.676.719,49	
2- ICMS	39.349.320,33	5.902.398,05	
3- IPI EXPORTAÇÃO	584.929,58	87.739,44	
4- LEI COMPL. 87/96	-	-	
5- IPTU	9.707.990,39	1.456.198,56	
6- ITBI	3.726.963,15	559.044,47	
7- ISS	13.209.428,45	1.981.414,27	
8- IRRF	6.592.771,00	988.915,65	
9- ITR	718.657,25	107.798,59	
10- IPVA	10.803.283,31	1.620.492,50	
11- DÍV. ATIVA TRIB.	2.397.274,63	359.591,19	
12- MULTAS E JUROS TRIB.	84.795,31	12.719,30	
13- MULTAS E JUROS DIV. ATIVA TRIB.	405.613,58	60.842,04	
TOTAIS	125.425.823,58	18.813.873,54	18.813.873,54

DESPESA

A despesa inicialmente autorizada para as ações e serviços públicos em saúde foi R\$ 19.980.000,00 (dezenove milhões novecentos e oitenta mil), a qual alterou- se no decorrer do exercício para R\$ 22.467.780,14 (vinte e dois milhões quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e oitenta reais e quatorze centavos).

A despesa legalmente empenhada (liquidada) e que constitui a base de cálculo da aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde foi de R\$ 22.842.449,63(vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	DESPESA	DESPESA	APLICAÇÃO EM
EM SAÚDE	ORÇADA	REALIZADA	SAÚDE (15%)
40- SECRETARIA DE SAÚDE	22.467.780,14	22.842.449,63	
(-) DESP.LIQUID. REND. ASPS		24.181,74	
RECEITA DE IMPOSTOS			125.425.823,58
PERCENTUAL APLICADO			18,19

Conforme demonstrado, a despesa realizada alcançou 18,19%, da receita proveniente de impostos e transferências, ou seja, 3,19 pontos percentuais além do limite legal definido.